

**Legislativo** Avanço da proposta preserva politicamente Arthur Lira

# Câmara e Senado aprovam PEC da Transição

Vandson Lima, Marcelo Ribeiro e Renan Truffi  
De Brasília

O Congresso Nacional concluiu ontem a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que expande o teto de gastos em 2023 para acomodar promessas do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT), como a manutenção do programa Bolsa Família em R\$ 600 mensais.

Apesar da desidratação da proposta em relação às pretensões iniciais do novo governo, Lula terá um teto ampliado em R\$ 145 bilhões, além de pouco mais de R\$ 60 bilhões fora do mecanismo de controle fiscal, incluindo investimentos adicionais quando houver receitas extraordinárias, até o limite de R\$ 23 bilhões.

A validade das regras será de um ano, uma diminuição do prazo iniciada pelos deputados e confirmada pelos senadores.

Além de atribuir mais estabilidade ao início do novo governo, o avanço da medida preserva o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) em sua busca pela recondução ao principal cargo da Casa. O alagoano viu seus poderes serem colocados em xeque após decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) no início da semana.

Em uma articulação encabeçada por Lira, os deputados rejeitaram destaque do Novo e garantiram ao governo eleito o poder de

encaminhar até agosto do ano que vem projeto de lei complementar para estabelecer uma nova âncora fiscal, em substituição ao teto de gastos.

O principal alvo de suas investidas foi o Republicanos, que sinalizava que votaria a favor do destaque do Novo, que pretendia impor que a mudança da âncora fiscal ocorresse apenas por emenda constitucional.

Um dia antes, a sessão foi encerrada em função das incertezas sobre a capacidade de derrogação dessa sugestão de mudança no texto. A oposição à PEC reunia ainda o PL.

Lira iniciou uma ofensiva para conseguir reverter a posição do Republicanos, que poderia, em sua avaliação, ser o fiel da balança para que Lula possa mudar a âncora fiscal por meio lei complementar, com quórum de maioria absoluta, e não de 3/5 em dois turnos nas duas casas, como seria o caso de uma PEC para substituir o teto de gastos, que é constitucional.

A articulação de Lira deu certo, o destaque foi rejeitado por 366 votos a 130 e o líder do PT, deputado José Guimarães (CE), foi à tribuna reconhecer o trabalho do presidente da Câmara.

Com o compromisso de que o texto que Lula deve enviar no próximo ano só deve ser colocado em votação caso Republicanos concorde, o partido decidiu votar contra o destaque do Novo. Segundo apurou o Valor, par-



Arthur Lira: presidente da Câmara se envolveu pessoalmente para reverter oposição do Republicanos ao texto

lamentares do Republicanos passaram a defender a mudança de posição também por entenderem que "isso contribuiria para algo muito maior", em referência a possível recondução de Lira ao comando da Câmara.

A leitura feita por parlamentares do centro é que, ao garantir a flexibilização da mudança da âncora fiscal, Lira manteve seu favoritismo para a recondução. Foram incluídas mudanças na PEC que contornam a proibição do Orçamento Secreto, decidida pelo Supremo Tribunal Federal na segunda-feira. A eleição da Mesa Diretora está marcada para 1 de fevereiro de 2023.

O entusiasmo interno com a eventual vitória de Lira reflete a expectativa do Republicanos de que o deputado Jhonatan de Jesus (Republicanos-RR) seja eleito no início da próxima legislatura como indicado da Câmara para uma vaga de ministro no Tribunal de Contas da União (TCU), um

compromisso selado pelo deputado do PP com Marcos Pereira há quase dois anos.

A análise da PEC pela Câmara dos Deputados enfrentou dificuldades. O acordo para a aprovação só foi alcançado após o prazo de ampliação do teto ficar restrito a 2023. Também foi necessário que parlamentares e o governo eleito chegassem a um acordo para dividir os recursos do Orçamento para as emendas de relator, mecanismo usado por Lira para consolidar sua base.

O relator da PEC da Transição na Câmara, deputado Elmar Nascimento (União Brasil -BA), inseriu no texto os termos da divisão dos R\$ 19,4 bilhões das antigas emendas de relator entre parlamentares e o governo eleito.

As emendas individuais, que são de pagamento obrigatório e indicadas por deputados e senadores, passarão de R\$ 11,7 bilhões em 2023 para R\$ 21,5 bilhões. a Câmara ficará com 77,5%

do valor global das emendas individuais; e o Senado, com 22,5%. Como o Senado tem 81 parlamentares e a Câmara, 513, os senadores indicaram um valor individual maior que os deputados.

No Senado, o texto foi aprovado por 63 votos a 11 nos dois turnos, adesão muito acima do quórum mínimo para mudança constitucional.

Já o novo governo escolherá onde aplicar a outra metade dos recursos em acordo com o relator-geral do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI). Para isso, as RPZ, identificador de recursos que farão parte da programação normal do governo federal, serão acrescidas em até R\$ 9,85 bilhões. A peça orçamentária será votada hoje pelos congressistas, no último dia de trabalhos legislativos em 2022.

Leia sobre o resultado da votação da PEC da Transição no Senado em [www.valor.com.br](http://www.valor.com.br)

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

**Seção:** Política **Caderno:** A **Página:** 6